



ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
*Casa Eptácio Pessoa*  
GABINETE DO DEPUTADO CABO GILBERTO SILVA

---

INDICAÇÃO Nº 555 / 2020.

AUTORIA: Dep. Cabo Gilberto Silva

Senhor Presidente,

**INDICO**, nos termos do artigo 111, inciso I, da Resolução 1.578/2012 (Regimento Interno da Casa), ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado da Paraíba, João Azevêdo Lins Filho, a fim de que adote a iniciativa de Projeto de Lei que **dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de placa informativa sobre interrupção de obras públicas estaduais e dá outras providências**, em face da impossibilidade de iniciativa parlamentar, haja vista tratar-se de matéria de relevante e inegável interesse público.

Segue, em anexo, o Projeto de Lei Indicado ao Poder Executivo, bem como a justificativa que embasa a presente indicação.

Sala das Sessões, 17 de agosto 2020.

  
CABO GILBERTO SILVA  
Deputado Estadual



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**  
*Casa Eptácio Pessoa*  
**GABINETE DO DEPUTADO CABO GILBERTO SILVA**

---

**ANEXO**

**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_ / 2020.**

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE  
AFIXAÇÃO DE PLACA INFORMATIVA SOBRE  
INTERRUPÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS  
ESTADUAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA DECRETA:**

**Artigo 1º** - É obrigatória a afixação de placa informativa em todas as obras públicas estaduais, sendo que a placa deve ser de fácil visualização e leitura, contendo pelo menos os seguintes dados:

- I - Identificação e telefone do órgão público responsável pela obra;
- II - Datas previstas de início e término da obra;
- III - Razão social, nome fantasia, endereço e número do CNPJ da empresa executora da obra;
- IV - Nome do técnico responsável pelo projeto e seu número de registro no órgão de classe;
- V - Identificação do órgão público designado para fiscalizar a obra;
- VI - Número do contrato administrativo ou do processo licitatório, se for o caso;
- VII - Finalidade da obra;
- VIII - Valor total estimado a ser investido na obra e eventuais acréscimos;
- IX - Nome dos integrantes do convênio, se houver;
- X - Indicação de endereço eletrônico no qual constem os dados e informações da licitação, se for o caso.

**Artigo 2º** - Nas obras que sofrerem paralisação, além dos dados exigidos no artigo 1º, deverá ser afixada placa informando, de forma resumida, os motivos da interrupção e o prazo previsto para retorno das atividades.

**§1º** - A obra será considerada como paralisada se as atividades forem interrompidas por mais de 30 (trinta) dias consecutivos.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**  
*Casa Eptácio Pessoa*  
**GABINETE DO DEPUTADO CABO GILBERTO SILVA**

---

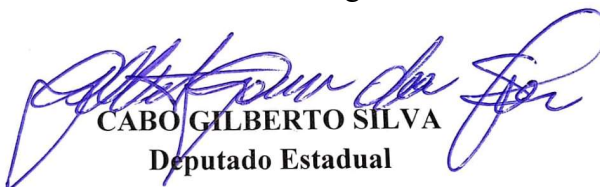
**§2º** - Deverá ser elaborada exposição de motivos da paralisação de forma detalhada, divulgando-se o documento no sítio eletrônico do órgão público responsável pela obra.

**Artigo 3º** - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Artigo 4º** - O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei.

**Artigo 5º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 17 de agosto de 2020.

  
**CABO GILBERTO SILVA**  
**Deputado Estadual**



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**  
*Casa Eptácio Pessoa*  
**GABINETE DO DEPUTADO CABO GILBERTO SILVA**

---

**JUSTIFICATIVA**

A presente propositura tem por objetivo determinar a transparência ativa por parte do Estado em relação à realização e paralisação de obras públicas. Considerando que estes empreendimentos consomem recursos públicos e são destinados à entrega de equipamentos necessários à população, é imprescindível que os pagadores e destinatários das obras tomem conhecimento sobre informações básicas.

Assim, dados como datas e prazos, finalidade, valor, responsáveis pela contratação, execução e fiscalização, entre outros, deverão ser expostos de maneira visível. Além dessas informações, a paralisação das obras gera a obrigação de comunicação dos motivos para interrupção e previsão de retomada.

A expectativa é que esta medida de transparência motive os órgãos estaduais a trabalharem com maior eficiência, que pode ser alcançada pelo melhor emprego de recursos públicos e agilidade na execução das obras.

Portanto, a propositura visa a conferir publicidade aos atos praticados pela Administração Pública, de forma a ampliar a possibilidade de controle popular, mediante garantia de acesso dos cidadãos aos detalhes relativos às obras públicas.

Esta garantia está prevista na Constituição Federal em diversos dispositivos, como o inciso XXXIII do artigo 5º; e inciso II, do parágrafo 3º, do artigo 37.

Ademais, o Projeto de Indicação está de acordo com a Lei nº 212.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de acesso à informação), que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, no que tange à permissão de acesso aos documentos públicos, sem ter que haver necessidade de acionar a Justiça para obter o conhecimento do seu teor.

Em face do exposto, contamos com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação deste Projeto de Indicação.

Sala das Sessões, 17 de agosto de 2020.

  
**CABO GILBERTO SILVA**  
Deputado Estadual